

## O GINÁSIO ESTADUAL DE FLORAÍ/PARANÁ E O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE UMA CIDADE

### THE STATE HIGH SCHOOL OF FLORAÍ/PARANÁ AND THE FORMATION PROCESS OF A CITY

Cesar de Alencar Arnaut de Toledo<sup>1</sup> - UEM

Marli Delmonico de Araujo Futata<sup>2</sup> - UEM

Eliete Vicentin Filipini<sup>3</sup> - UEM

#### RESUMO

Neste artigo, apresentamos a história da implantação do Ginásio Estadual de Floráí, no estado do Paraná, em 1959, e o processo histórico de formação da cidade. O município, que tinha menos de cinco anos de emancipação política quando a escola foi estabelecida, teve nessa, uma aliada, na solidificação da estratificação social. A maior parte da população vivia ainda na zona rural e não havia transporte escolar para que as crianças pudessem chegar à cidade e a escola. A implantação de escolas fazia parte do plano de (re)ocupação dos espaços chamados 'vazios', os quais deveriam ser preenchidos para que pudessem ser produtivos economicamente. Assim, iniciou-se o maior ciclo de migração para o norte/noroeste do Paraná, com vendas de terras por companhias privadas alinhadas ao governo, as quais colonizaram ou recolonizaram regiões ainda não anexadas pela exploração capitalista no estado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação; História da Educação; Instituições Escolares

#### ABSTRACT

In this article, we present the history of the implementation of the Ginásio Estadual de Floráí - in the state of Paraná - in 1959, and the historical process of formation of the city. The city, which had less than five years of political emancipation when the school was established, had in this school an ally, in the solidification of the social stratification. Most of the population still lived in the rural area and there was no school transport for the children to reach the city and the school. The implantation of schools was part of the plan to (re)occupy the so-called 'empty' spaces, which had to be filled in order to be economically productive. Thus began the largest cycle of migration to the north/northwest of Paraná, with land sales by private companies aligned with the government, which colonized or recolonized regions not yet annexed by capitalist exploitation in the state.

**KEYWORDS** Education; History of Education; School Institutions

DOI: 10.21920/recei72023930533548

<http://dx.doi.org/10.21920/recei72023930533548>

<sup>1</sup>Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professor Voluntário no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. Professor no Programa de Mestrado Profissional em Filosofia da Universidade Federal do Acre. E-mail: [caatoledo@uem.br](mailto:caatoledo@uem.br) / ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7813-7950>

<sup>2</sup>Pós-doutorado em Educação na Universidade Estadual de Maringá. Professora Adjunto da Universidade Estadual de Maringá. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em História da Educação e do Ensino de Leitura e Escrita - GEPHEELE. E-mail: [mdafutata@uem.br](mailto:mdafutata@uem.br) / ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0058-7177>

<sup>3</sup>Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá. Participante do Grupo de Pesquisa Sobre Política, Religião e Educação na Modernidade. Graduada em História pela Faculdade Estadual de Educação Ciências e Letras de Paranavaí. E-mail: [pg402722@uem.br](mailto:pg402722@uem.br) / ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0123-0919>

## INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo, teoricamente, a educação tem sido vista como prioridade em todos os governos. Ela sempre esteve presente na pauta dos planos governamentais, nas propagandas políticas e nos projetos de poder dos partidos, sendo observada como ferramenta indispensável ao progresso social de uma nação.

A história da educação tem revelado que a educação possuiu e sustentou propósitos diferentes, sempre de acordo com o momento histórico. Alguns autores citam, por exemplo, o início da República brasileira. Nesse período, a ideia era desvincular a cultura escravocrata da sociedade, a qual procurava transformar-se e atualizar-se. Naquele momento, o embranquecimento da população era a prioridade. Nos anos de 1920, portanto, o objetivo era a higiene pessoal, a escola ficou responsável por essa tarefa “de modelar os futuros cidadãos necessários à construção da nação brasileira” (LAROCCA; MARQUES, 2010, p. 648). O governo acreditava que a ignorância da população (entenda-se como ausência de letramento) era causada por algumas doenças. A educação escolar despontava, então, no discurso dominante como possibilidade de superação dos problemas econômicos e sociais.

Segundo Marques e Farias (no prelo), os escolares paranaenses, no início do século XX, eram acometidos por várias doenças: gripes, verminoses, anemias, pediculoses, casos de ‘heredo lues’ (sífilis), varicela, sarampo e escarlatina. Este cenário não deixava dúvidas: ‘sem higiene, não haveria condições de saúde adequadas, nem ‘escola produtiva’ e os alunos dificilmente se tornariam futuros cidadãos moralizados e úteis ao estado e à nação, pois até do vigor físico se ressentiam’ (LAROCCA; MARQUES, 2010, p. 648).

Na década de 1950, o Brasil passava por transformações políticas. Getúlio Dornelles Vargas era novamente presidente da República (até 1954) e tinha em Carlos Frederico Werneck de Lacerda (1914 - 1977), ou simplesmente Carlos Lacerda, seu grande crítico. O presidente Vargas havia voltado ao poder com planos diferentes daqueles instaurados nos anos de 1930 a 1945. Agora, o nacional desenvolvimentismo era a nova ideia a ser propagada. Em consequência disso, havia a necessidade de industrializar o País. O sistema exigia novas alternativas para a população, incluindo a priorização de algumas necessidades básicas, como a educação.

No estado do Paraná, isso não foi diferente. Ele estava inserido nesse projeto nacional de desenvolvimento, guardando as devidas proporções, já que o estado era agrário e não industrial - apesar de que, em nenhum momento, governantes estaduais tentaram industrializá-lo. Na década de 1950, no Paraná, havia o projeto de migração dirigida, planejada e orientada tanto pelo próprio governo quanto pelas grandes companhias privadas de comercialização de terras.

Nesse contexto, em 1959, o Ginásio Estadual de Florai foi criado, através do decreto nº 22.383 de 17 de março de 1959, em uma cidade que tinha menos de cinco anos de emancipação, com uma população de menos de 10 mil habitantes. Como mostra a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, v. XXXI, de 1959, Florai tinha, no ano de 1958, cerca de mil habitantes. “Aglomeración urbana - no município, existe apenas uma aglomeración urbana, a da sede municipal. Por estimativa, sua população atual é de 1000 habitantes” (ENCICLOPEDIA XXXI, 1959, p. 212). A instalação de escolas era uma das prioridades no estado, junto com a ocupação dos espaços que, falaciosamente, eram chamados de ‘vazios demográficos’<sup>4</sup>, sendo, assim, parte

<sup>4</sup> Para maiores detalhes sobre o assunto ‘vazio demográfico’, ver Mota, Lúcio Tadeu. As Guerras dos Índios Kaingang, Maringá, Eduem, 2009, e História do Paraná: Relações Socioculturais da Pré-História à Economia Cafeeira. Maringá, Eduem, 2012.

da propaganda do projeto de migração planejada. Trataremos do contexto histórico da implantação do Ginásio mais adiante.

## O GINÁSIO E O SEU CONTEXTO HISTÓRICO

No Paraná, a década de 1950 foi marcada pela presença política de Moysés Wille Lupion de Troia, considerado um ‘homem de negócio’ que, como governador, teve um mandato encerrado em 1951 e, depois, voltou ao poder. Em 1956, ao ser reeleito, ele não teve o mesmo impacto político na sociedade comparado ao primeiro mandato. Foi sucedido por Ney Aminthas de Barros Braga, do Partido Democrata Cristão (PDC), governando até 1965<sup>5</sup>.

O estado do Paraná era um produtor de bens primários, destinados à exportação e totalmente dependente do café. Como pondera Rubens Tarcísio da Luz Stelmachuck,

Nesta [sic] época, o Paraná era somente um estado produtor de bens primários destinados à exportação. Dentro desse quadro, dependente da produção do café e, antes disso, dependente de todas as variáveis que influenciam o resultado de uma safra agrícola: clima, produção nos países concorrentes, preços, variação do dólar. Muito pouco se produzia no Paraná que passasse por transformações e que viessem utilizar mão-de obra paranaense. Pouco se agregava à nossa produção. Vendíamos produtos para serem transformados além de nossas fronteiras e comprávamos produtos já acabados, prontos para o consumo (STELMACHUK, 2003, p. 14-15).

Além disso, é importante observar também que a política no estado, no início da segunda metade do século XX, era totalmente voltada para a atração de migrantes – especialmente para a agricultura. Tanto Moysés Wille Lupion de Troia quanto Ney Aminthas de Barros Braga tiveram projetos governamentais que beneficiavam a migração. Foi assim que começou um grande plano de ocupação de espaços, de forma que, aliado a empresas privadas de colonização, obteve sucesso em todo Norte e Noroeste do estado do Paraná. Esse foi um dos projetos mais bem sucedidos de (re)ocupação<sup>6</sup> de espaços que, aos olhos do capital, eram considerados improdutivos e deviam ser ocupados por mão de obra economicamente ativa. Evidentemente, o sucesso ocorreu em razão de o estado e o Governo Federal investirem largas somas nesses projetos de colonização e nos lucros, sendo estes apropriados pelas empresas de colonização.

A Companhia, até então, tinha vivido exclusivamente da venda de terras, caracterizando-se assim uma autofagia que, no futuro, acabaria por levar a sua extinção. Era preciso adotar critérios modernos de administração, olhar para o futuro, assegurar à inteligência aplicação das disponibilidades financeiras até então alcançadas, dinamizar as vendas e obter delas não apenas lucros, mas também benefícios para a própria Companhia e para as coletividades do Paraná e do Brasil (CMNP, 2013, p. 94).

Nascia, a partir de então, junto com a ideia de (re)ocupação, o projeto de criação de novos municípios. E, para que eles fossem criados, era necessário que tivessem as mínimas condições

<sup>5</sup> Moysés Wille Lupion de Troia - Mandatos: 1947-1951/1956-1961 e Ney Aminthas de Barros Braga - Mandato: 1961-1965.

<sup>6</sup> Tratamos como (re)ocupação, porquanto, como já estudado, aprofundado e comprovado por estudiosos como Tadeu Lucio Mota, Adélia Aparecida de Souza Haracenko, entre outros, essa região do estado do Paraná já era povoada por indígenas.

de organização. Para isso, promessas de terras férteis, de riqueza, de prosperidade e de vida tranquila eram oferecidas. A educação escolar completava o quadro das condições básicas para o estabelecimento dos novos municípios.

Nesse momento, o Ginásio Estadual de Floráí foi criado como um ‘chamariz’ para a atração de novos moradores à cidade que acabara de ser emancipada. O Ginásio foi implantado em 17 de março de 1959, no período de governo de Moysés Lupion, pelo Decreto n.º 22.383. A única escola do seu segmento na cidade tornou-se um marco e também um símbolo da estratificação social e educacional no município. A desigualdade encontrava-se na continuidade escolar. Para os que moravam na cidade, perímetro urbano, tudo era mais fácil e o futuro mais amplo, com a escola de segundas letras à disposição. Para aqueles que tinham residência rural, os estudos terminavam após a aquisição do domínio básico das habilidades de leitura, de escrita e de contas; pois, na zona rural, só havia escolas primárias, e o acesso ao Ginásio ficava podado pois o transporte escolar não existia.

A implantação do Ginásio em Floráí era uma necessidade social e estava nos planos governamentais, desde o momento da venda das terras pela companhia de colonização. A continuidade da educação na cidade só foi alcançada após a fundação do Ginásio. Não foi uma preocupação com a formação educacional da população, mas, sim, em criar as condições necessárias para que a (re)ocupação tivesse sucesso econômico. Um dos pontos que chamam atenção nessa implantação é o tempo que a cidade tinha se emancipado – aproximadamente, 4 anos.

Nesse período, a educação estava na pauta governamental, já que o avanço econômico dependia do desenvolvimento escolar. Esse projeto fazia parte do ‘plano de metas’, do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961). Em seu plano desenvolvimentista, havia cinco pontos básicos: energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação. “O plano pretendia acelerar o processo de acumulação, aumentando a produtividade dos investimentos existentes e aplicando novos investimentos em atividades produtoras” (SILVA, BASTOS, p. 284, 1983).

O Ginásio Estadual de Floráí estava inserido nesse programa, no qual transporte e educação eram pontos principais. A construção de rodovias e de escolas estava na propaganda feita pelo governo do estado para atrair novos moradores. O processo migratório para o norte/noroeste do Paraná, iniciado na década de 1950, estendeu-se pela década de 1960 e fez parte do projeto planejado de (re)ocupação orquestrado pelo governo e pela Companhia Melhoramentos do norte do Paraná. Essa lucrava com a venda de lotes para os migrantes que vinham, em sua maioria de São Paulo e de Minas Gerais, estados que já estavam no fim do ciclo do café. O Paraná foi ‘invadido’ por paulistas e mineiros. Para o norte/noroeste do estado, houve uma grande marcha, alterando demograficamente a região. A mudança não foi só demográfica; foi também econômica, política, cultural e paisagística, visto que a derrubada da floresta era requisito para o plantio do café. Foi uma revolução urbana e rural de caráter econômico – indubitavelmente.

Floráí iniciou sua (re)ocupação em 1947, quando a família de José de Luca (imagem 1) instalou-se na região, formando a fazenda Santa Flor, onde hoje se encontra a entrada da cidade, em direção a Maringá. A terra fértil da região era o atrativo principal para sua (re)ocupação. Floráí deu seus primeiros passos, em 11 de julho de 1952, quando foi elevado a distrito de Nova Esperança pela Lei n.º 16/1952. Mais tarde, em 28 de novembro de 1955, pela Lei Estadual n.º 2512 de 1955, foi desvinculado da Comarca de Nova Esperança, tornando-se independente. Em 15 de dezembro de 1956, é a data de criação do município de Floráí. De 1947 até 1955, menos de 10 anos, a cidade evoluiu significativamente. Ruas, comércio, igreja e escolas foram construídas, levando prosperidade e desenvolvimento. O primeiro prefeito da cidade foi Osvaldo

da Silva, eleito de forma direta em 1956, governando até 1960. Os primeiros vereadores foram Fiorentino Cirilo, João Marcos Vieira, José Ratti, João Quarelli, Onofre de Lima, Ruy Espires, Wilson de Andrade, Yoshio Furukita, Antonio Kuivida (Galeria de Prefeitos, Prefeitura Municipal de Florai).

Figura1: Imagem José Benício de Luca (sentado). Engenheiro CTNP (em pé)



Fonte: Arquivo pessoal de José Carlos Ratti

A base da economia de Florai era a agricultura. Em seu processo de independência, certamente, a maior realização foi a instalação de um Ginásio, algo que, à época, impulsionou sua economia. Com a primeira legislatura instalada em 1957, uma escola primária, o Grupo Escolar Estadual de Florai, estabeleceu-se, sendo autorizada pelo governo do estado em atendimento a uma solicitação de Nicola Espires, presidente do Partido Social Democrático (PSD), vereador da cidade e, politicamente, opositor do prefeito Osvaldo da Silva. Mais tarde, esse grupo escolar chamaria Grupo Municipal Emiliano Pernetá. Atualmente, é a Escola Municipal Elena Maria Pedroni.

A instalação de escola na cidade fazia parte do projeto desenvolvimentista nacional que, no estado, tinha na (re)ocupação dos espaços ditos ‘vazios’ a forma de atender a esse projeto. A construção de escolas era uma forma de chamar a atenção dos migrantes, mesmo com estruturas mínimas, a instalação de escolas era um pré-requisito para a continuidade da migração para a região. O Ginásio foi sediado, ao longo de sua história, em três locais diferentes: o primeiro prédio, situado na entrada da cidade, no início da Estrada Genúncia, mais tarde, conhecida como rua Sete de Setembro e, hoje, conhecemos como rua João Benício de Luca. Nesse prédio, também estava o Grupo Escolar Estadual de Florai. No espaço, o Ginásio ficou até 1966. Depois, foi instalado na rua Paraná, onde ficou até 1974, e então definitivamente para a rua Marechal Eurico Gaspar Dutra, onde se encontra até hoje.

Figura2: Primeiro prédio que ocupou o Ginásio Estadual de Floráí - 1959



Fonte: Arquivo pessoal de José Carlos Ratti

Três escolas marcaram significativamente Floráí. Elas são as seguintes: o Grupo Escolar Estadual de Floráí, em 1957; o Ginásio Estadual de Floráí, em 1959; e a Escola Normal André de Barros, em 1961. Esta foi construída definitivamente só em 1964, ficando de 1961 a 1964 como extensão da Escola Normal Regional Rainha da Paz de Alto Paraná - PR, hoje denominado Colégio Estadual Rainha da Paz. A criação da Escola Normal de Floráí foi outro grande feito para a cidade, pois passou a formar professores para o ensino primário (GONZATTO, 1971).

Figura3: Escola Municipal Emiliano Perneta - Antigo Grupo Escolar Estadual de Floráí



Fonte: Arquivo pessoal de José Carlos Ratti.

Figura4: Escola Normal Colegial André de Barros



Fonte: Livro *Isto é Florai*, p. 41 (1970)

Figura5: Terceiro Prédio do Ginásio



Fonte: Arquivo da Escola - Plano de Implantação

Diante desses fatos históricos, depreendemos que as mudanças educacionais acontecem de acordo com as necessidades sociais e, evidentemente, segundo as possibilidades dos grupos dominantes. Assim, presumimos que a educação é transformadora e paradigmática, uma vez que rompe barreiras e pode contribuir para revolucionar a sociedade, causando profundas marcas na formação dos cidadãos. Consoante Freire (1996, p. 51), “[...] não posso duvidar um momento sequer na minha prática educativo-crítica é o de que, como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo”.

Dessa forma, o Ginásio de Florai representa uma dessas transformações paradigmáticas e emblemáticas que moldaram a cidade; alunos, professores e sociedade influenciaram e foram influenciados pela instalação dessa escola. A sua implantação tornou-se parte fundamental da história e do progresso do município.

## A (RE)COLONIZAÇÃO PRIVADA DIRIGIDA NO PARANÁ E A EDUCAÇÃO

Podemos afirmar que a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), mais tarde conhecida como Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), realizou a maior (re)colonização conhecida nesse processo de ocupações de espaços que julgavam falaciosamente vazios. Ela surgiu da antiga *Paraná Plantations*, empresa britânica que recebeu o direito de vendas de terras desde 1920. Isso começou com a Missão Montagu, chefiada por Edwin Samuel Montagu, ou Lord Montagu (1879-1924). Uma equipe foi escolhida pelo banqueiro Rothschild, da Inglaterra, para ser enviada ao Brasil a pedido do Presidente da República Arthur Bernardes (1922-1926). A comitiva inglesa desembarcou no Brasil, em 1924, com a missão de “estudar as finanças e reorganizar o sistema tributário”. Compunha a comitiva Simon Christopher Joseph Fraser (1911-1995), ou Lord Lovat. Ele, em uma visita ao Paraná, observou o quão fértil eram essas terras e adquiriu algumas glebas, para o beneficiamento do algodão, porém o negócio não prosperou como esperado.

A partir de 1925, sucedem-se vários episódios significativos: João Sampaio retorna da Europa e assume a direção da Companhia de Terras Norte do Paraná; as culturas de algodão nas fazendas adquiridas no Estado de São Paulo não vão bem e os investidores ingleses deliberam abandoná-las; verifica-se crescente entusiasmo pela ocupação das terras roxas do Norte do Paraná (CMNP, 2013, p. 52).

Ao analisar a vinda do inglês Lord Lovat para o Paraná, podemos asseverar sua importância política, no estado. Posteriormente, ele e a própria CMNP obtiveram avultados lucros com vendas de terras, ao promoverem um discurso falacioso sobre a região, apontando-a como uma região abandonada. Como podemos constatar,

Esses senhores, apologistas por excelência da CTNP e muitas vezes financiados por ela para manter seus escritos, recolocam de maneira clara como a região era vista, ainda no final da década de 1950, como uma terra onde viviam “selvagens”, abandonada, e que foi despertada pelos ingleses de Lord Lovat, como se este fora um príncipe encantado que viera acordá-la para o “novo mundo” (TOMAZI, 1999, p. 77).

O negócio malsucedido de beneficiamento do algodão transformou-se em um empreendimento milionário do ramo imobiliário, iniciando-se o projeto particular e dirigido

mais bem-sucedido de (re)ocupação dos chamados espaços vazios ou vazios demográficos do estado do Paraná, na visão capitalista. O investimento em terras para serem vendidas era muito maior do que o investimento feito para o beneficiamento de algodão, de 200 mil libras esterlinas para 750 mil (CMNP, 1975, p.51). Caracterizamos, assim, de bem-sucedido aos olhos do capital o investimento e, conseqüentemente, o retorno econômico obtido. A Companhia adquiriu cerca de 515 mil alqueires paulistas e revendeu lotes de 5, 10 e 15 alqueires paulista para os colonos<sup>7</sup>. Mais tarde, a Companhia adquiriu mais 30 mil alqueires. A CTNP/CMNP comprou os lotes de terras a 20 mil-réis, em 1925, e os vendeu, em 1940, a 500 mil-réis (PADIS, 1981). Um aumento de 2500% em 15 anos, portanto.

Inicialmente, essa empresa colonizadora adquiriu diversas áreas que totalizaram 515 mil alqueires, onde hoje se encontram algumas das maiores cidades da região. Posteriormente, comprou mais 30 mil alqueires de terras, situados a Oeste da gleba principal, os quais passaram a constituir parte do chamado Norte Novíssimo (CMNP, 2013, p. 115).

No próprio discurso de Moysés Wille Lupion de Troia, em 1958, na abertura da sessão legislativa ordinária, observamos que

Do ponto de vista histórico, talvez se possa marcar com a concessão feita a empresa que promoveu o formidável surto do norte do Paraná. [...] As empresas chegaram, por vezes, a ter em suas mãos grandes áreas, mas para dividi-las e subdividi-las. Resultou daí a invejável situação do Paraná com seu regime de propriedade média nas áreas em que a colonização se desenvolve por esse processo. É claro que esse regime ideal de propriedade média não é o fruto de um propósito das companhias colonizadoras, mas de um complexo de fatores. Contudo, é igualmente incontestável que foi nesse regime que se deu a grande expansão do Paraná (MENSAGEM, 1958, p. 109-110).

Diante disso, inferimos que não era ideia inicial da CTNP/CMNP vender aos pequenos fazendeiros e, sim, vender aos grandes. Isso foi mudado com o passar do tempo. “[...] Ademais, cabe aqui acrescentar que a ideia inicial dos ingleses era vender as terras para fazendeiros e não em pequenas propriedades” (TOMAZI, 1999, p. 79). A Companhia tinha um plano bem elaborado para vendas de terras: a) colonização; b) construção de estradas; c) criação de núcleos urbanos.

Vinham para essa região migrantes, especialmente, de São Paulo e de Minas Gerais. Pessoas do estado de Santa Catarina e do próprio estado do Paraná também se instalaram na região Norte e Noroeste e, conseqüentemente, em Florai.

Observamos que essa colonização era fundamentada em duas características: uma era a colonização rural; a outra, a fundação de núcleos urbanos. As empresas detinham grandes quantidade de terras e foi desse modo que se deu o maior ciclo de (re)ocupação da região, sendo nomeado pela CMNP de ‘exemplo pioneiro de reforma agrária’. “O episódio mais notável no processo ocupacional das terras Norte paranaense foi, sem dúvida alguma, o empreendimento realizado pela hoje denominada Companhia Melhoramentos Norte do Paraná” (PADIS, 1981, p. 90).

---

<sup>7</sup>Um alqueire paulista é igual a 24.200 m<sup>2</sup>. Colonos: aqueles que emigram para povoar e/ou explorar uma terra estranha (Dicionário HOUAISS).

As empresas acreditavam que, ao aumentar a população do local e a capacidade produtiva, era necessário ter formas de escoá-la, construindo estradas. Em São Paulo, o café já havia possibilitado grande pujança na economia das regiões produtoras; não seria diferente no Paraná, pois a premência era maior e esse Estado não era industrial. Ele estava começando a desenvolver-se.

O terceiro ponto é a construção de núcleos urbanos. Para isso, a Companhia teve uma diretriz bem definida. Esses núcleos seriam estabelecidos de cem em cem quilômetros e seriam os grandes centros, que teriam de 15 em 15 quilômetros cidades menores, servindo de abastecedores. As cidades de Londrina (1930\*/1934\*\*), de Maringá (1947\*/1951\*\*), de Cianorte (1953\*/1955\*\*) e de Umuarama (1955\*/1960\*\*)® formaram os maiores conglomerados urbanos idealizados inicialmente pela CMNP.

Para formar o Norte Novo e Novíssimo, foram idealizados quatro núcleos habitacionais, fundados sucessivamente, distanciados entre si de aproximadamente cem quilômetros e destinados às grandes cidades do Norte e do Oeste do Paraná: Londrina (1930/1934), Maringá (1947/1951), Cianorte (1953/1955) e Umuarama (1955/1960) (CMNP, 2013, p. 219-220).

Esta estratégia da Companhia Melhoramento do Norte do Paraná (CMNP) foi importante para os desenvolvimentos das cidades ditas grandes mais tarde. Estas, puderam se beneficiar das cidades menores que as rodeavam, pois, a população dessas cidades consideradas menores faziam parte da economia dos grandes centros, pois se utilizavam desses centros para sanar as necessidades que de compras para usos domésticos e até de implementos agrícolas. A Companhia empreendedora mais tarde, depois de consolidar algumas cidades, entendeu que podia planejar as novas cidades, como mostra Padis

Embora inicialmente não tivesse uma previsão das dimensões do sucesso de seu empreendimento, depois de consolidados alguns centros, especialmente Londrina, Apucarana e Araçongas, a companhia empreendedora passou a planejar as cidades que pretendia construir. A ideia central era a de instalar, entre várias cidades pequenas, distanciadas mais ou menos 15 quilômetros uma da outra, um centro de atração econômica - especialmente comercial e de serviços - e assim surgiram Maringá (1947), Cianorte (1953) e Umuarama (1955) [...] (PADIS, 1981, p. 93).

\* \* Ano de fundação

\*\* Ano de emancipação



A demanda por escolas é produto desse aumento demográfico. Ao se instalarem, as famílias necessitavam de educação para seus filhos. Nas cidades existentes, a demanda consistia no aumento da oferta de vagas nas escolas e, nos locais onde já havia escolas básicas, surgia a necessidade pela verticalização da escolarização, carecendo de ginásios e de colégios. Assim, o governo do estado, por meio da Secretaria de Educação, deveria cumprir suas obrigações e colocar em prática projetos que atendessem às necessidades sociais; pois, mais do que criar escolas, era imprescindível construir estruturas adequadas, ter material didático e, principalmente, professores capacitados.

A Companhia participou, de forma tímida, na construção de escolas beneficiando-as, apesar de serem construídas com estruturas mínimas. A empresa abriu aos particulares a iniciativa de construir escolas, hospitais ou indústrias, facilitando a compras de terras.

Ao mesmo tempo, firmou-se orientação no sentido de apoiar, na área colonizada pela Companhia, toda e qualquer iniciativa que pudesse beneficiar, direta ou indiretamente, a coletividade local. Os particulares que desejassem instalar indústrias, escolas e hospitais, na região gozariam de condições especiais para a compra de áreas urbanas ou suburbanas. Os poderes públicos receberiam gratuitamente terrenos onde poderiam construir edifícios (prefeituras, correio, delegacias, escolas, etc.) e estações ferroviárias e rodoviárias (CMNP, 2013, p. 94).

Em Florai, só havia escolas rurais. Somente, em 1954, houve um primário urbano, o Grupo Escolar São José<sup>9</sup>, e, depois, em 1957, novamente, com o Grupo Estadual de Florai. Essa escola foi implantada durante a primeira legislatura<sup>10</sup> da cidade, com o apoio do vereador Nicola Espires. Do ano de 1960 até 1980, foram criadas 18 escolas rurais no município<sup>11</sup>, cada uma localizada em uma ‘estrada’, local onde existia uma colônia de moradores que estavam trabalhando no plantio do café. Aliás, o café era a cultura principal em Florai. No estado do Paraná, esse foi o produto almejado pelos migrantes que vinham (re)colonizar a região. O ouro verde foi, até 1975, o principal cultivo e parte da propaganda de venda de terras pela companhia e pelo governo do estado.

<sup>9</sup>Grupo Escolar São José teve seus documentos perdidos em um ocorrido sinistro, em 1960. Nenhuma documentação foi salva.

<sup>10</sup>1957-1960: tem como vereadores Fiorentino Cirilo, João Marcos Vieira, José Ratti, João Quarelli, Onofre A. de Lima, Ruy Espires, Wilson J. de Andrade, Yoshio Furukita, Antonio Kuivida. (IBGE, 1959, p.213)

<sup>11</sup>Adelina Fagan, Água Boa, Costa E Silva, Ermelinda Peron, Getúlio Vargas, Ivone Pimentel, Ney Braga, Nossa S<sup>a</sup> Das Graças, Paulo Pimentel, Princesa Isabel, Rocha Pombo, Rui Barbosa, Santa Adélia, Santa Amelia, Santa Barbara, Santa Luzia, Souza Naves, Verdelândia.

Figura7: Escola Municipal São José no início de suas atividades



Fonte: Arquivo Pessoal de José Carlos Ratti - Foto de 1957.

Terra roxa, clima adequado e condições necessárias para o cultivo aumentaram a atratividade do local. Os experientes produtores do café em São Paulo e Minas Gerais se sentiram confiantes para explorar o novo local. E a grande marcha para o norte/noroeste paranaense revolucionou a paisagem da região, substituindo a vida existente, remodelando economicamente e moldando novos rumos do estado. Contudo o tal progresso só poderia ser completo se todas as necessidades dos cidadãos fossem atendidas. Talvez, o maior desafio do governo estadual fosse este: montar e organizar uma estrutura necessária para atender às novas demandas. Escolas e educação eram pontos importantes e que mereciam investimentos.

O discurso de Ney e Pimentel em torno da educação também visa reproduzir essa ideia de eficiência. Em 1961, por exemplo, quando o primeiro afirma que a educação é entre todas as mais importantes funções de governo, faz também uma avaliação negativa como foi encontrado esse setor no início de sua gestão (IPARDES, 1989, p. 59).

Nos governos de Moysés Wille Lupion de Troia (1947-1951/1956-1961) e Bento Munhoz da Rocha Neto (1951-1955), o discurso era o de (re)colonização e estímulo à agricultura, enquanto, no discurso de Ney Aminthas de Barros Braga (1961-1965) e Paulo Cruz Pimentel (1966-1971), podemos notar uma mudança para a industrialização, fazendo uso dos recursos naturais existentes. Para isso, a educação tornava-se fundamental, visto que a indústria necessitava de mão de obra qualificada, o que levou o governo a fazer investimentos no ensino médio. Com o advento da Lei n.º 5.692/71, pôde-se sanar momentaneamente essa questão educacional,

trazendo a profissionalização e a capacitação. Ao finalizar o chamado 2.º grau, o estudante estava apto para ingressar no mercado de trabalho.

A Lei n.º 5692/71 tinha como principal preocupação a profissionalização. Seu objetivo era dar ao nível médio, uma terminalidade profissional, de modo a atenuar as pressões exercidas pelos estudantes que não conseguiam ser aprovados nos vestibulares. Os que precisassem trabalhar abandonariam as escolas ao concluir o secundário, já que possuíam uma especialização e poderiam enfrentar o mercado de trabalho. Anos mais tarde, virá a Lei 7044, de 18 de outubro de 1982, alterando substancialmente dispositivos da Lei 5692/71 (MARÇAL RIBEIRO, 1993, p. 27).

A cidade de Floráí, portanto, teve no Ginásio um marco educacional, pois foi a escola que influenciou social, econômica, política e demograficamente a vida dos munícipes, e principalmente foi influenciada pelos acontecimentos históricos, historiográficos, sociais, econômicos ocorridos ao longo do tempo. Personagens que se tornariam a elite da cidade no futuro seriam moldados por esse colégio, operando o modo de vida e influenciando também a escola até os dias atuais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Ginásio configurou-se como um marco eminentemente positivo para a história da cidade Floráí. A partir de sua instalação, houve um aumento na demanda escolar. Precisamos salientar que houve também uma espécie de desigualdade educacional, isto é, desigualdade de acesso à escola; pois, a partir dele, ficou definido quem estudava e quem não estudava; aqueles que teriam condição de frequentar ou não a escola devido à sua condição financeira ou sua moradia.

Com o passar do tempo e com a geada de 1975, houve a saída das pessoas do meio rural para a cidade, diminuindo essa diferenciação educacional, o que resultou em uma mudança significativa. Até então, a escola rural era direcionada às primeiras letras. A continuação estava no Ginásio e o acesso era restrito para alunos que moravam na zona rural.

A necessidade de escolas pela tomada dos espaços considerados vazios é tida como um dos pontos principais para (re)ocupação dos espaços. Floráí nasceu sob o signo dessa demanda, e o Ginásio foi parte desse projeto, desenvolvendo-se e fazendo nascer uma elite cafeeira também. As condições adequadas foram pontos para a vinda de mais pessoas para essa região. Assim, terra roxa, clima ameno, condições facilitadas para a compra de terras e incentivos fiscais moldaram o caminho dos migrantes para a região.

O Ginásio, portanto, é influenciado pelo meio em que está inserido. Suas práticas pedagógicas e os personagens que o rodeiam são pontos cruciais de sua história social e da relação que tem com o município de Floráí. Ele desenvolve-se e faz-se desenvolver, constrói uma história imbricada à própria história da cidade, nascendo como alternativa de continuidade de estudo e, ao mesmo tempo, surgindo como alternativa para poucos privilegiados.

## REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Fernando. **Manifesto dos pioneiros da educação nova (1932) e dos educadores (1959)**. Coleção Educadores. MEC, 2010. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4707.pdf>. Acesso em 21 agosto de 2021.
- ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na Educação: missão, vocação e destino? In: Saviani, D.; de Almeida, Jane Soares.; de Souza, Rosa Fátima; Valdemarin, Vera Teresa **O legado educacional do Século XX no Brasil**. Autores Associados, 2017.
- CMNP. **Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná**. Publicação comemorativa do Cinquentenário da Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná. 3.<sup>a</sup> Edição, 2013.
- FGV CPDOC. **Reformas educacionais**. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/QuestaoSocial/ReformasEducacionais>. Acesso em novembro de 2021.
- FERREIRA, Jurandyr Pires. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295\\_31.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_31.pdf)> Acesso em novembro de 2021.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo. Paz e Terra, 1996.
- GONÇALVES, Nádia G; GONÇALVES, Sandro A. Desenvolvimento e Educação no Paraná (Décadas de 1960 e 1970). **Diálogos**, Maringá, v. 12, n. 2/ n. 3, págs. 143-171, 2008.
- GONÇALVES, José Henrique Rollo. **História regional e ideologias: em torno de algumas corografias políticas do Norte Paranaense – 1930/1980**. 1995. 264 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1995.
- GONZATTO, Remígio. **Isto é Florai**. 1971.
- HARACENKO, Adélia Aparecida de Souza. **Aniquilação do território indígena e o discurso do vazio demográfico no noroeste do Paraná – Brasil**. Disponível em <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/38.pdf>. Acesso em novembro de 2021.
- IPARDES. Fundação Édson Vieira. **O Paraná reinventado: política e governo**. Curitiba: Convênio IPARDES/SEPL/FUEM, 1989.
- LAROCCA, Liliana Müller; MARQUES, Vera Regina Beltrão. Higienizar, cuidar e civilizar: o discurso médico para a escola paranaense (1920-1937). **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v.14, n.34, págs. 647-60, jul./set. 2010.
- MARÇAR RIBEIRO, Paulo Rennes. **História da educação escolar no Brasil: Notas Para Uma Reflexão**. Paideia, FFCLRP – USP, Ribeirão Preto, 4, fev./jul., 993.

MOTA, Lúcio Tadeu. **História do Paraná: relações socioculturais da pré-história a economia cafeeira.** Maringá: Eduem, 2012.

PARANÁ. **Mensagens apresentadas à assembleia legislativa do Estado.** Curitiba - PR, 1958.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: O caso do Paraná.** São Paulo: Hucitec, 1981.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORAÍ: **Galeria de prefeitos.**

<http://www.florai.pr.gov.br/index.php?sessao=b054603368gpb0> Acesso em novembro de 2021.

STELMACHUK, Rubens Tarcísio da Luz. **O Paraná nos anos 1960.** Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de especialista em Economia do Trabalho - Universidade Federal do Paraná. 49 p. Curitiba, 2003.

SILVA, Francisco de Assis; BASTOS, Pedro Ivo de Assis. **História do Brasil: Colônia, Império e República.** São Paulo, 2.<sup>a</sup> Ed. Moderna, 1983.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Construção e silêncios sobre a (re)ocupação da região norte do Estado do Paraná.** págs. 51 - 85. In: Reginaldo Benedito Dias, José Henrique Rollo Gonçalves. Maringá e o Norte do Paraná. Maringá, Eduem, 1999.

**Submetido em:** abril de 2023

**Aprovado em:** julho de 2023